

Aos vinte dias do mês de março de dois mil e vinte e três, reuniram-se na sala de reunião da SEMED, os membros da Câmara de Educação Infantil de São José dos Pinhais: Ana Lúcia Rodrigues, Leila Gonçalves de Carvalho, Luiz Carlos Costa da Silva, Marilza Aparecida Pereira Teixeira, Queila Cristina I. Batista Martins, Stela Regina Gressler Wontroba.

A Presidente da Câmara Municipal de Educação Infantil, Marilza Ap^a Pereira Teixeira, inicia a 3ª Reunião de Câmara de Educação Infantil de 2023, salientando a discussão sobre a alteração metragem para o Infantil III. Relembrou que na semana anterior foi enviada a ata da reunião do dia 09 de março, ressaltando que a próxima ata logo estará disponível. Informou que ainda estão aguardando o retorno da SEMED quanto à pesquisa realizada via Google forms sobre as unidades. Relata que organizou as informações enviadas pela direção das unidades e contabilizou 385 (trezentos e oitenta e cinco) educadores, lembrando que essas são informações obtidas através das diretoras, sendo 25 (vinte e cinco) educadoras com laudo e 12 (doze) com restrição de sala, horário de atendimento das 7h as 7h30 são 3 (três) unidades, com no máximo 20 (vinte) crianças nesse horário, 8 (oito) unidades acreditam ser importante atender até as 18h e 36 (trinta e seis) disseram não ser importante esse atendimento até esse horário. Segue dizendo que 22 (vinte e duas) unidades não possuem secretários ou técnico administrativo, 5 (cinco) unidades não tem pedagogo, 6 (seis) unidades não tem direção auxiliar, que são unidades de porte I, e diz: “por enquanto as informações que temos são essas enviadas pelas unidades.” A conselheira Ana Lucia relata que tem um documento que chegou na sexta-feira, 17/03, datada de 14/03, lendo-o na íntegra. A Presidente Marilza diz que essa é a uma resposta das que enviaram à SEMED sobre a criação do cargo de professor de Educação Infantil. A Conselheira Ana diz “na verdade esse é todo projeto de lei que vindo para educação ele tem que ter um parecer do Conselho, então provavelmente ele deva vir para o Conselho Municipal de Educação, porque se a PGM recebe e se ela vê que não tem parecer, ela já entra em contanto pedindo parecer do Conselho.” A presidente Marilza questiona se algum conselheiro quer fazer algum comentário, e não havendo, ela continua dizendo que juntamente com a Conselheira Ana Lucia, em pensar estratégias de atendimento para as particulares considerando as especificidades, de atendimento das crianças por profissionais de forma adequada. A conselheira Ana Lucia diz que já havia colocado que os demais municípios devem seguir a SESA porque é do Estado, e diz: “não tem como eles não mexerem nem fazer nada porque dai seus conselhos não são normativos, e continua dizendo que os municípios que tem sistema, eles podem fazer, digamos assim, suas próprias normatizações, que foi que aconteceu com São José, só que em São José o ano passado, teve alguns municípios que alteraram seguindo a SESA devido a exigência do Supremo de que tem que fazer o atendimento de 0 a 3 também.” Segue dizendo que através do levantamento realizado e verificado pelos conselheiros na reunião anterior, apenas São José tem essa metragem e os demais seguem a SESA. E diz “Cascavel tem a normatização específica para escola pública e não normatizou, deixou para que a particular seguisse a SESA, eles tem mas também é 1,5m, eles não tem a mais até por uma questão de atendimento e a necessidade de atender mais crianças, eles aumentaram mais 300 vagas para o Programa de Compra de Vagas pela necessidade de atendimento da exigência do Supremo, não sei quanto tinha anteriormente, mas eles aumentaram essa questão para eles também, e os demais municípios: Curitiba, Londrina, os municípios grandes, Telêmaco Borba que é pequeno também, todos é 1,5m.” Reforça que as particulares são contempladas pela mesma questão chamando atenção para municípios grandes como Londrina, Cascavel, eles acabam deixando que as particulares possam seguir a SESA. “A deliberação e normatização deles contemplam apenas as escolas públicas, olhando a nossa deliberação, até não coloquei falei com o Luiz que foi uma pessoa que eu conversei e encontrei que na nossa deliberação está meio que

dúbia, digamos assim, e aí eu vou conversar com a PGM hoje para verificar, porque eu não sei se todos tem a deliberação aí, e a deliberação que a gente segue na questão da metragem não é como o pessoal anda colocando que é de 2019, não é, ela é de 2015, em 2019 a gente mudou apenas para acrescentar o Infantil IV, a metragem ela não foi mexida ela é de 2015, então essa metragem é de 2015, e o pessoal se engana. E nessa deliberação de 2015 ela coloca o artigo 11 que foi alterado em 2019, mas tem no artigo 22, no inciso 5, ele coloca assim, elementos para proposta pedagógica que fala também da questão da metragem, e lá está falando no inciso 5 a descrição do espaço físico, instalações e equipamentos, segue as orientações da resolução da SESA, ao mesmo tempo que está dizendo no artigo 11 de 2019, nós temos uma metragem a seguir, ele está dizendo lá que pode seguir a da SESA. Então ele acabou ficando dúbio, para mim ficou, porque está dizendo duas coisas ao mesmo tempo, mesmo que esteja na proposta pedagógica que é o trabalho pedagógico com as crianças, e isso quer dizer o que? Ah vamos mexer na pública? Não, eu não estou falando disso, vamos já deliberar pelo particular? Não também. A gente vai fazer uma consulta, vamos ver essa questão das particulares, e acredito que vá ter que continuar com os estudos das nossas públicas, a gente não vai sair, em nenhum momento o Conselho disse que vai sair mexendo e vai para 1,5m, a gente fez várias colocações tanto em relação as vantagens quanto as desvantagens, aquilo que é importante para o Município e aquilo que ele pode ganhar caso ele volte para 1,5m, mas aquilo que ele pode perder também, caso fique com os nossos 2,20m. Lembrando que desde lá na primeira reunião e nós temos na ata que acho que todo mundo leu na ata que recebeu da participação da primeira reunião, a Miliana foi muito clara quando ela disse que era do departamento infantil, não teria nenhum problema voltar para o 1,5m desde que tivesse o número de profissionais adequados no trabalho. Então resolvemos fazer toda essa pesquisa em relação as nossas, o que no particular eles já tem o pessoal adequado, eles já tem os espaços certos e o pessoal adequado, então não seria um problema, o próprio Secretário colocou no parecer dele que para nossas públicas fica difícil por várias questões, enquanto que para a particular tem um diferencial na contratação de profissionais e para eles tendo essa contratação ai não afetaria muito, é isso que a gente tem que pensar, a gente só vai fazer essa conversa com a PGM para que possa para verificar e ter essa resposta, digamos assim, por escrito mesmo.” A conselheira Ana diz que falará com a Doutora Patricia para ter uma resposta rapidamente. A Conselheira Ana diz ser importante a fala das conselheiras Dhébora e Leila sobre a conversa das escolas particulares com a prefeita, realizada na reunião na semana passada, lembrando as afirmações já feitas nas reuniões anteriores, estão fazendo os estudos para ver a melhor maneira de adequar dentro dos CMEIs públicos, porque a metragem envolve muitas coisas, e pensar muito bem como ficar organizado, pois divulga-se por ai que algumas pessoas do Conselho são favoráveis pela mudança e fazendo força para isso, e reforça que a importância é a discussão e estudos, e por isso iniciaram com a pesquisa, e diz: “envolve a mudança da alteração, envolve, porque a gente tem esse pedido, então porque já não aproveitar e fazer isso agora, só que também precisamos dar uma resposta às escolas particulares, e como já acontece em todos os municípios do Paraná, quer dizer que todas as particulares do Paraná usam 1,5m, da SESA, e só aqui em São José que não, então temos que fazer essa verificação e depois aqui pela Câmara vamos voltar a conversar e levar para o nosso Conselho Pleno, ok?” A Presidente Marilza afirma “o que estamos enfrentando, a fala das pessoas dizendo que estão mudando, não podemos esquecer disso, por isso que é importante ter dados e informações, que ai a gente tem um descritivo, não é um querer e um achar a partir de um estudo.” A Conselheira Leila diz: “a gente teve a conversa com a prefeita na quarta-feira passada estavam presentes eu, o Aroldo do Pequeno Polegar e o Sérgio da Estrela Guia, sentamos para conversar e uma das questões que a prefeita falou para gente é que as coisas não estão chegando de maneira correta para ela, que no entendimento dela o pedido seria a alteração de 0 a 3 anos no Infantil I,II,II, era essa informação que ela tinha, não tinha o conhecimento que era apenas no infantil III, ela também não tinha esse conhecimento que só São José dos Pinhais atende essa metragem de 2,20m, ela chamou o Wagner passou algumas coisas e pediu que ele verificasse porque no

entendimento dela, porque só São José está 2,20m, se for pensar nessa questão todas as outras cidades não tem atendimento de qualidade porque trabalham com 1,5m? Ela pediu que a gente passasse para ela em relação a Cascavel porque é referência e ela gostaria de saber como acontece e como está lá, por ser um município de referência em educação, e na sequência ela disse que quer sentar com a Ana e com o Secretário para ter uma conversa e entender melhor, ela desconhecia a resposta do secretário, ela não estava ciente em relação ao ofício que ele encaminhou, o qual ficou sabendo pela gente do parecer dele, ela não sabia que ele já tinha se manifestado, ela desconhecia ficando chateada por desconhecer, e terá a conversa com para compreender melhor.” A conselheira Leila diz que a prefeita estava bastante chateada com os comentários que saíram, e que ela recebeu no privado e levantou essa questão de fazer diferente com a particular e a pública porque também tem esse entendimento que a realidade e condições são diferente, que algumas escolas sofrem também com faltas de professores, mas no município é bem maior, comentou com ela que estavam fazendo os estudos que era importante para o município, que era algo que nunca foi feito antes, levantando dados, estatísticas, fazendo todo um levantamento e um estudo voltado para a educação infantil e ela achou bacana. “Uma das coisas que a gente falou é aquilo que a gente vem conversando aqui que nenhum momento falamos que mudaria de 24 para 29, 31 que os estudos eram sem mexer no profissional, no educador, aluno, que entraria por exemplo o CMEI da Marilza que tem 24 alunos 2 profissionais que nessas turmas não mexeriam, conversamos bastante foi bem legal a conversa, acredito que nessa semana ela chame a Ana Lucia e o Aldrian para uma conversa também para ver qual e o posicionamento deles porque no entendimento dela ela não entende como funciona se tem que ir para o departamento de educação infantil, para Câmara de Educação Infantil, se precisa passar por votação, ela quer entender se faz a alteração, como e quem faz e como funciona a questão de lei, basicamente isso, a conversa foi bastante produtiva, teve algumas informações desconhecidas que chegaram para ela e que não exatamente aquilo que a gente pediu, ela pediu para ficar com os ofícios, pediu documento da SESA, pediu, a gente tava com a resolução de 2019, ela pediu essa documentação o Wagner iria dar uma avaliada e eles iriam conversar com alguém lá de Cascavel para entender, basicamente foi isso.” O Conselheiro Luiz corrige a fala da conselheira Leila “quando ela diz que a prefeita foi a favor das particulares ter uma metragem e as públicas outra, isso não é uma posição dela, conversei com ela sobre isso e ela disse que depende dos estudos que estão desenvolvendo dentro do Conselho Municipal de Educação, só estou fazendo esse reiteração por conta de que em outro momento vazou nossa reunião dizendo que ela já estava a favor, não ela não está a favor e nem decretou nada porque ela precisa de dados para poder tomar posição ou não, até porque quem vai tomar essa posição é a secretaria de educação que é mantenedora, juntamente com os estudos dos conselhos enviados para a SEMED, só para deixar registrado essa questão para não ficar um dito pelo não dito, ta bom? Só pra fazer a correção na fala ali.” A Conselheira Stela disse que já tinha um compromisso marcado na quarta-feira e por isso não teve como comparecer, “comentei com a Leila que não poderia comparecer, e com o Junior também, e ele me disse que a prefeita foi bem receptiva a solicitação, a avaliar e analisar toda essa solicitação porque entende que o panorama da rede privada é um e o panorama da rede publica é outro, dos apontamento que o Junior fez foi essa dela sempre muito atenciosa, receptiva.” A Conselheira Ana corrige a fala do Luiz, “não é a secretaria que resolve é o Conselho Municipal de Educação, por isso que nós temos todos os representantes, o que a gente precisa sim, é sentar, analisar e estudar para que o Conselho decidir não afete a questão das escolas que a secretaria não possa cumprir, é isso que temos sempre que pensar, estudar, analisar, para não decidir algo que a secretaria ou as escolas particulares não possam cumprir, por isso que o Conselho tem que estudar, mas quem determina é o Conselho porque ele é o órgão normativo do sistema, e a lei do sistema ela o conselho normatiza e a secretaria tem que executar, por isso ela é executiva, mas enquanto conselho temos que pensar que não podemos normatizar algo que a secretaria não possa atender, por isso que a gente estuda, que a gente faz a pesquisa, por isso que a gente tem que analisar e ver a melhor forma, então quando a prefeita

colocou que eles também vão estudar, vão olhar e ela não entende, que a Leila chegou e disse que eles pensaram que tinha que mandar para Câmara Municipal, como é da educação ela vem para o Conselho, por isso que quando sai uma lei antes dela sair ela tem que passar pelo conselho, não aconteceu isso por exemplo quando criaram o cargo de professor de educação física, ela deveria ter passado pelo Conselho Municipal de Educação para dar o parecer, e é por isso que quem estava na 1ª reunião nossa lá na Câmara eu fiz um pedido para o presidente da comissão de educação, que o que chegar para deliberar em relação a educação passe pelo conselho, porque isso é legislação, a própria Dra Patricia da PGM disse que nada pode ser decidido sem passar pelo Conselho, porque o Conselho tem todos os segmentos presentes e isso respalda qualquer ação seja do executivo, seja da secretaria, isso vai respaldar, então claro que a hora que a prefeita chamar não vai ter nenhum problema a gente vai conversar e explicar, por isso que eu quero ir atrás dessa questão para fazer essa verificação, e só para corrigir o que falei para Leila, não tem duas deliberações, lá em Cascavel só tem uma e é só para o CMEI público, e eles deixaram as particulares, porque lá o Conselho decidiu que não iria, eles fizeram uma deliberação dizendo que o Conselho não iria deliberar sobre as escolas particulares, o que na reunião que vocês lembra, que eu já venho falando, o Rodrigo lembra bastante, que a gente tem estudado junto com o Conselho Estadual das escolas, do 1º ao 5º ano, a Stela, Leila, vão saber, do 1º ao 5º das particulares virem para nós, e aqueles que tem ensino fundamental I, II, ficarem todos com o estado, por exemplo o Bom Jesus que tem educação infantil, ensino fundamental I e II, ensino médio, ficar com o estado, a educação infantil não ficaria conosco, e aqueles que tem até educação infantil e ensino fundamental 1ª fase ficariam conosco, isso nós estamos falando das escolas particulares, e aí a própria Secretária de Cascavel disse que eles já tinham deliberado lá no Estado e já não estavam mais com a educação infantil particular, só com o público, o que desrespeita a lei, a gente até colocou que estava errado, porque a legislação nacional diz que é essa, qualquer acordo tem que ser feito com conselho estadual junto, conselho municipal com conselho estadual, por isso que a gente está estudando para poder fazer adequação porque as escolas particulares estavam, que é o que acontece, com municipal e estadual quando ela tem as duas fases que é educação infantil e ensino fundamental porque quando os pais ligam aqui por exemplo, na sexta-feira uma mãe ligou reclamando de um problema de um filho da escola particular que tem 8 anos, do 2º ano, 2º ano da escola particular ela é do estado é do Núcleo de Educação, não é nosso, então a gente não consegue, a gente faz o encaminhamento, para escola pública, quando é infantil é nosso, como chegou por exemplo aquele documento do sindicato e a gente já respondeu só estamos perguntando porque ali no documento do sindicato dizia que tinha uma denuncia de compra de vagas e que isso aconteceu também em 2013 e eles não receberam resposta, a gente respondeu aquela e estamos esperando que venha o nome da unidade, mas é referente a educação infantil porque envolveu a compra de vagas, então ele é nosso, em 2013 o entendimento que eles tinham é que poderia, vamos encaminhar para o núcleo mas é que naquela época o conselho ele estava apenas deliberando para escolas publicas e praticamente só aprovava a questão de compra de vagas. E continua dizendo que desde 2013, não desde 2016, e aí se começou a fazer todo um trabalho de adequação do sistema que era isso que estava faltando para o Conselho Municipal de Educação, é só para colocar realmente, quem define é o Conselho e a secretaria executa só que o Conselho tem que ter cuidado e estamos estudando para não normatizar nada que a secretaria depois não pode cumprir, por isso todo esse porque as particulares conseguem cumprir por isso que a gente entrou nesse impasse agora para ver se conseguimos normatizar para as escolas particulares, os CEIs e as escolas particulares em relação a educação infantil.” As presidente Marilza diz que uma das coisas é que relendo as atas vai lembrando e uma das falas da Miliana é em relação ao mobiliário “ sobre a metragem temos que levar em consideração a questão do mobiliário, trabalhamos com o mobiliário também dentro da sala e quando a gente considera essa relação criança, não é só isso que precisa pensar que sempre tem um mobiliário que está disposto dentro da sala também, são crianças de período integral que

não tem salinha de sono, o ideal é que tivesse a salinha do sono como tem nos CMEIs novos, mas a maioria não tem isso, por que também as meninas que são educadoras a gente que está na unidade né Queila, ficamos apreensivas com relação a isso porque estamos falando com relação profissional/criança, mas também está falando de mobiliário dentro da sala, essa disposição dentro da sala essa quantidade de mobiliário, por isso vai ficando cada vez mais complexo cada vez que a gente fala disso falamos de outras coisas juntas também. Vou reiterar o que estamos falando, a questão desse mapeamento que fizemos agora é inédito, né Ana? A gente nunca fez isso, não lembro de ter sido feito, por que lá quando a gente fala em 2013 porque foi onde teve uma mudança maior, Queila me ajude senão fica só eu, mudança maior no sentido de adequação dos espaços, de mobiliário, a gente fala que teve uma reorganização, quando falamos em 2013 reorganizou os espaços e as salas e então a deliberação foi sendo construída a partir disso que lá em 2015 ela ficou pronta, já disse na reunião do pleno, naquele momento a demanda maior que a gente tinha no município era adequação da entrada da criança de 4 (quatro) anos, porque era o que estava ali para ser aplicado, foi naquele momento que o infantil IV que hoje é meio período, mudou, porque até então ele era ofertava período integral, então lá em 2019 quando foi feita a adequação considerando o corte etário impactou sim as modalidades do infantil III e IV impactou, e o infantil IV, que antes essas crianças eram período integral na deliberação anterior passaram a ser meio período, por isso temos muitos questionamentos, quando vamos fazer matrícula do infantil III e IV, tive uma mãe que me ameaçou que eu não queria que a filha dela ficasse no período integral, falou que iria falar com a prefeita e ministério publico, mas falei que era uma organização que o município tem, as crianças que vão para o infantil IV ficam meio período, por isso as vezes é tão melindroso quando a gente fala dessas duas modalidades principalmente infantil III e IV, é porque onde foram impactadas diretamente, primeiro em 2013 por conta do numero de vagas e depois em 2019 em relação ao corte etário, Queila quer complementar alguma coisa?” A Conselheira Queila fala que diante da nova problemática do município do atendimento de 0 a 3 anos, ele deve acontecer em período integral e questiona porque não pode existir um estudo dos segmentos que haja opção para as famílias, assim como o infantil III, todos atendem em período integral, porque que não pode haver uma consulta com os pais? de repente já que temos tantas salas ociosas sem funcionário para atender, educador para que abra a possibilidade de um atendimento meio período, “porque levando em consideração a minha clientela Águas Belas, o Vovó Rozária, muitos pais me perguntam porque não posso deixar minha criança meio período, não pode porque a legislação diz que é em período integral e até que ponto não pode né? até que ponto essas famílias não tem o direito de optar em deixar essas criança do infantil III ficar só meio período no CMEI, também poderíamos desafogar um pouco essa questão de números de vagas de crianças que precisam ser atendidas que vai de encontro, as vezes, com que a família precisa, as vezes a família precisa que a criança fique de manhã porque o trabalho é a tarde, ou a noite, ou de madrugada, de manhã então eu acho que a gente poderia pensar em flexibilizações nesse sentido de atendimentos das crianças nesse momento que é o que temos de problema maior como houve me 2015 e 2014 no infantil IV, agora nos temos problema maior que é o infantil III uma demanda de trabalho gigantesca que precisam ser atendidas que o Supremo está dizendo que tem que atender de 0 a 3 anos, os municípios tem que se adequando de repente seria uma pauta para um estudo também em as famílias optarem em deixar as crianças meio período e não tornar obrigatório, mas da família decidir se ela quer deixar dia todo ou deixar só meio período, acho que seria uma questão de se pensar nas próximas reuniões e também pesquisar em outros municípios se há essa possibilidade se estão atendendo dessa forma seria isso.” A conselheira Ana diz que o Luiz pediu a fala mas fechou e pede para complementar a fala da Queila. E diz “essa era uma das propostas que iria trazer agora no final da reunião que seria da gente fazer a pesquisa sobre isso porque a Chay veio e me perguntou, tem uma família que esta com uma dificuldade, a mãe trabalha no cemitério municipal e esta pedindo para ficar com a criança que tem 2 (dois) anos parece criança pequena de 0 a 3, que a filha fique apenas meio período. Como

tem a decisão da deliberação, o departamento de educação infantil não pode decidir por isso porque tem que passar pelo conselho, daí eu fui atrás da nossa deliberação e ela fala assim: “*o atendimento as crianças deve ser no mínimo de 4 horas diária do aluno parcial e de 7 horas diária para o aluno do turno integral.*” Então como ela é uma criança do período integral, sim vai ter que pedir um parecer para o Conselho, porque ela está matriculada no período integral o mínimo dela é 7, com isso temos que lembrar, eu acho que são da educação infantil ele tem uma questão de por exemplo porque tem aqueles 15 dias no mês de julho não é somente pelo professor ter o recesso mas é para que as crianças possam ter integração com a família, ficar em casa durante os 15 dias, tem um parecer do Conselho Nacional sobre isso e que é importante que a criança tenha esse ambiente familiar, essa mãe dessa criança está pedindo isso, aí fiquei pensando nisso que ela falou, será que não tem outras famílias que gostariam de também ficar meio período, a gente poderia fazer essa pesquisa, se existir poderíamos até deliberar que essas crianças de 0 a 3 ficassem meio período, mas teria que botar alguns critérios, por exemplo, se eu comecei fevereiro com meio período essa criança de 0 a 3 eu deveria me manter o ano inteiro com esse meio período, mas se a mãe conseguiu um emprego que ela precisa do período integral a gente não consegue atender ela imediatamente e aí ela vai ter que entrar em lista de espera, são critérios que temos que ir pensando nesses casos porque CMEI, imediatamente não vai ter como colocar essa criança no integral, não é porque ela está no meio período que já vai imediatamente, sabemos que isso não vai acontecer, teria que entrar numa lista de espera, a mãe vai ter que assinar a gente vai ter que ter documento, tudo isso me veio na cabeça da gente ficar pensando, mas a primeira coisa que pensei foi fazer essa pesquisa pelo google, pelo drive fazer nosso forms, mas teria que atingir as famílias ou fazer essa pesquisa com a escola coordenando e fazendo essa pesquisa, eu não sei como que fica essa questão do pessoal, mas as famílias que forem chegando irem respondendo, para gente ter esses dados ou a própria unidade ir respondendo conversando com as famílias, vamos ter que pensar, mas fiquei pensando justamente porque chegou essa questão e não tem como passar isso por departamento enquanto tiver essa deliberação dizendo que tem que seguir aqui, que é igual aconteceu um caso no final do ano da criança reprovar, é ser aprovada pelo conselho de classe e a mãe questionou que gostaria que o filho permanecesse no 2º ano, então ela veio solicitando esse parecer do conselho, é a mesma situação, como tem uma deliberação dizendo que quem está no período integral tem que ficar no mínimo 7 horas teria que pedir uma autorização para a mãe tirar meio período, se passar por departamento pode acontecer um descontrole, não que o departamento não tenha responsabilidade, a gente sabe que tem, o descontrole seria das famílias, porque a mãe vai falar que foi até a secretaria pediu e eles liberaram, e ela vai falar para outras, quando vem para o conselho é diferente, tive que pedir para o Conselho Municipal de Educação, justificar porque eu estava pedindo isso, é diferente é uma situação que não é todo mundo que vai pedir isso, porque daí começa vir, não é jamais em questão do departamento, mas sim das famílias porque uma fala para outra eu consegui, e daí vai falando para outras e quando a gente vê tem várias famílias pedindo, por isso era interessante ter uma pesquisa para gente pensar sobre essa questão Queila, você pensou mas uma situação apareceu e a gente já veio pensando que seria interessante fazer, se o grupo concordasse, uma pesquisa para ver essa questão, poderia resolver? Poderia sim porque se tiver, digamos uma turma de meio período de manhã de 0 a 3 e outra de 0 a 3 a tarde isso já iria resolver muito, baixar a lista de espera, mesmo que seja meio período que seja uma quantidade só no período da tarde, por exemplo, isso também pode resolver, porque sabemos que tem mães que trabalham meio período ou trabalha período da tarde até a noite, daí ela só ia ficar meio período, quer ficar com seu filho de manhã então tem várias questões que poderiam acontecer.” A Presidente Marilza complementa que em 2014 e 2015 houve essa autorização, mediante ata, que as crianças deveriam ficar o ano todo nesta condição conseguindo atender quase que integralmente a lista de espera do Infantil III. Afirmo que se tem bastante procura dessas mães que querem deixar meio período e diz: “tenho conversado bastante sobre as 11 horas que o município oferta, porque a gente institucionaliza as

crianças, vamos pensar numa criança que está do infantil I ao pré II 11 horas por dia, 5 dias na semana é uma criança institucionalizada, é uma discussão, estava vendo essa semana que tem alguns autores na Academia discutindo esse tempo da criança na educação infantil, esse tempo longo, essa longa permanência, o que isso causa nas crianças, eu falo que tira o direito da criança ficar sentadinha no sofá da casa dela vendo TV e abrir a geladeira, eu sempre falo isso.” A Conselheira Queila reforça o que a presidente Marilza disse sobre o que ocorreu em 2014, 2015 afirmando que deu super certo, agradando as famílias, comunidades e crianças e diz: “é tudo tão automático, chega no CMEI as 7h da manhã sai as 18h chega em casa dormindo e não vê a mãe e não vê o pai e muitas vezes as professoras as educadoras, são aquelas que fazem o papel da família e isso não é correto, a gente sabe também que não está certo. “O Conselheiro Luiz questiona que os estudos foram realizados a partir de um pedido das particulares solicitando a alteração não de 0 a 3 mas só para o infantil III, mas que isso gerou uma discussão para também alterar os de 0 a 3, e afirma que isso seria muito difícil de realizar visto a questão de estrutura e profissionais e lembra também que foi colocado a possibilidade de se estudar uma mudança gradual na rede pública e na rede particular e diz “eu não sei, lógico que estamos estudando mas ponderando ali para parte mais correta, acredito que a gente já tem que começar a pensar nesses dois pontos, é importante mudar para nos na rede municipal não tenha dúvida, sem sombra de dúvida, com certeza, para nós atendermos muito mais crianças é uma glória, mas também não da para travar as particulares, sendo que as vezes o movimento que eles fazem é muito mais rápido que o município, então acho que já podemos começar a pontuar, Marilza, porque daí já começa a se definir, se nós vemos, a Ana trouxe bem, existe um embrólio jurídico ali na deliberação de 2015 que é deliberação oficial, que a Ana bem pontuou e trouxe só uma alteração na deliberação principal que vale, é a principal e realmente está dúvida, é pontuado e é bacana de ter esse posicionamento da PGM, mas eu acredito que não da para segurar uma ponta e não da para segurar outra e a visão da própria Nina é essa, entender o que o conselho vai decidir porque o conselho pode, deliberar em cima disso, e só queria deixar registrado porque nas duas última reuniões a gente não começou a falar assim e parece sempre que é de 0 a 3 e não foi isso que eles pediram, eles especificamente pediram só do 3 não do 0 a 3, do 0 a 3 foi uma conversa que surgiu porque nós entendemos como rede a necessidade de aumentar isso, mas não que isso seja um pedido deles.” O Conselheiro Rodrigo coloca que já vinham conversando com a Ana para que o particular pudesse seguir na metragem da SESA e diz “enquanto câmara pessoal, quando formos decidir qual vai ser a idéia, qual vai ser a sugestão que a gente tente achar uma forma de colocar prazos, colocar uma forma de amarrar a prefeitura, nós a gestão para que esses nossos estudos não caiam por terra, porque como coloquei na reunião da semana passada, graças ao ofício da rede particular, ao movimento da rede particular, surgiu todas essas pesquisas que nós estamos fazendo de profissionais, de horário, então para que a gente não acabe fazendo tudo isso e acabe perdendo acho que quando nós formos decidir, ou a forma que formos decidir, precisa colocar prazos do município não sei qual forma, mas também colocar para eles que vai chegar o momento que eles vão ter que se adequar, porque se vir uma questão maior como a Ana já vem colocando, do STF, enfim, nós vamos ter que estar preparados para que todo esse nosso trabalho de câmara não venha ser engavetado vamos dizer assim, depois, se a rede particular for aprovado para eles terem a metragem, mas que a gente consiga permanecer nesses estudos e que consiga trazer o melhor para a gestão, que é esse nosso objetivo fazer o melhor pela gestão, pelos nossos munícipes, então eu só queria colocar isso.” A Presidente Marilza afirma que a fala do conselheiro Rodrigo é importante “mas a gente já falou na reunião passada também que após todo esse mapeamento, sentar com o governo e apresentar o que foi que a gente descobriu, porque a gente está vindo numa situação de empurra gestão, empurra outra gestão, agora com tudo que a gente tem coisas que não tem mais como empurrar que tem algumas coisas que são urgentes, entre elas, essa situação da criação do cargo de professor, seja professor de educação infantil ou educador de educação infantil, porque olhando pelos dados que nós temos que vieram das unidades isso

aconteceu esse ano das salas estarem fechadas porque a gente tinha criança já matriculada no infantil I e foi para infantil II, e a gente tinha do infantil II e infantil III, então no ano que vem o que vai acontecer? Vai fechar o infantil II e atender só o infantil III? Essas coisas que a gente precisa pensar e não dá mais para fechar considerando o STF, não pode mais fechar, isso é um risco para o município é um risco da gestão responder de forma mais seria, é bem importante a gente trazer isso e pontuar amarrando uma coisa com o executivo, com o governo para que possa seguir isso para que possa criar o cargo, vai para câmara de educação? Vai pra comissão de educação? Vai pra votação? Quando que vai isso? Porque também não pode criar concurso para acontecer lá em 2024, isso teria que ser resolvido ainda no primeiro semestre para fazer a criação desse concurso no segundo semestre de 2023, e chamar no início de 2024, porque o que vai acontecer no início de 2024 estarmos na mesma situação que nos começamos em 2022 e entramos em 2023 que foi a minha situação, faltando 8 (oito) profissionais que foi a situação de CMEIs próximos aqui, que não vou falar o nome, mas outros CMEIs próximos porque não veio, agora estamos com a meninas que vão assumir concurso em Colombo, eu já tenho que vai sair daqui para assumir concurso em Colombo, logo Curitiba chama o pessoal que vai assumir Curitiba, esse PSS ele já está no finzinho, então a gente precisa amarrar bem serio senão para o ano que vem a gente vai ter problema bem serio de falta de profissional que não vai suprir, entra tudo de novo da mesma forma.” A Conselheira Leila diz que em relação o de 0 a 3 “o porque a gente pediu no III, e ai é um pensamento da rede particular também, porque a gente acredita que no infantil I e no infantil II não tem como ter essa alteração tanto particular quanto publica, porque eles são muito pequenininhos, eles estão em processo de engatinhar, de aprender a caminhar eles precisam do espaço então por isso a gente focou lá no III, fazendo a pesquisa vendo que nas outras cidades elas atendem nessa metragem e porque eles já caminham, é diferente dos pitiquinhos lá do infantil I e infantil II, o Infantil II eles já caminham, mas eles são pitiquinhos, não teriam essa condição que tem no III e aí a gente também é contra essa alteração nessas duas turmas justamente por causa da condição da criança, e por isso veio o pedido ali do III e quando vem todo esse questionamento essa questão de se pensar do 0 a 3 o que pode fazer, o que não se pode fazer, mas eu penso que essa questão de alteração seria somente no III devido I e no II não existe essa possibilidade porque as crianças precisam desse espaço.” A Presidente Marilza completa dizendo: “verdade a ocupação do espaço das crianças pequenas do infantil I e II, é diferente precisa de muito mais espaço e a questão dos profissionais também é diferente um profissional atender uma criança de 3 (três) anos que já caminha, que já se comunica, que já demonstra seus interesses, para uma criança do infantil I e II que eles estão iniciando seu processo de vida que é andar, conhecer as pessoas, o atendimento fica mais carinhoso quando se tem menos criança, quando você tem mais criança você fica mais preocupada com os procedimentos e com a organização do tempo do que com as crianças propriamente dito, isso também é uma das coisas que na educação infantil a gente fala bastante, então manter o infantil I e II nesse numero de profissionais e criança é importante para o desenvolvimento da criança naquela etapa, não que nas outras não aconteçam, mas nas outras, as crianças vão atrás da gente, as crianças maiores agarram na calça da gente elas chamam a gente pelo nome elas estão mais perto, elas mesmo procuram esse carinho e essa proximidade, e os pequenos ainda estão naquela fase de ensinar a eles essas relações pessoais mesmo de estar por perto.” A presidente pergunta se tem mais alguém que queira se manifestar e lê o que o Conselheiro Luiz escreveu: *“eu acredito que o mais acertado seria para o município uma mudança sim, porém gradual, e o III para o particular deveria ser 1,5m como disse o Rodrigo.”* A Conselheira Ana diz: “ não sei se você viu, na sexta-feira a Liara publicou que saiu a portaria designando as pessoas responsáveis em relação ao concurso, É que saiu, posso colocar ai no grupo para vocês verem também, designando os responsáveis pelo contrato que é junto com a empresa AOCP, para o concurso público para São José dos Pinhais que é do cargo de professor.” A Conselheira Marilza continua: “esse professor 20 horas para nós pouco resolve né? porque a gente entra naquele cálculo que os horários de entrada é diferente, tem o horário do almoço que a

gente precisa ter pessoas na sala né? Por isso que a gente insiste tanto nessa criação desse cargo ou educador infantil ou professor da educação infantil de 40 horas, mas que bom que saiu porque precisa também.” A Conselheira Ana complementa dizendo que é urgente, como tiverem outros concursos por aí, os PSS estão deixando suas funções para assumir o concurso porque é efetivo, pois quando saiu o PSS deles foi em 2021, e o nosso saiu em 2022, já tinham assumido e ao fazer o chamamento não vem todos porque já estavam em outros municípios, “e quando saiu o nosso PSS, já estavam sendo encaminhado concursos em outros municípios, sendo chamados assim para assumir o concurso.” E complementa dizendo que na nossa tabela os vencimentos são maiores que em Curitiba, Colombo, cresce mais, mas a pessoa prefere pegar um efetivo que ser PSS, Curitiba é um valor menor, mas se tem a vantagem de ter plano de saúde e a questão do difícil provimento, são vantagens que se conquistam e São José já vem trazendo isso que seria muito importante fazer dessa forma, porque lá no Francisco Claudino é difícil o pessoal ir, assim como Caminhos da Serra, são os mais difíceis, um difícil provimento e uma vantagem em dinheiro as pessoas acabam escolhendo porque mais tarde ela vai poder ter uma vantagem em relação a isso.” A Conselheira Marilza diz que “ mesmo quando tem o concurso, sempre brinco que quem é de São José não passa no concurso, tem pessoas de outros lugares, porque dependendo de onde você mora não compensa pela distancia não consegue essa locomoção, esse tempo, São José em questão de transporte público é complicado fazer esses deslocamentos, sempre falo, o ideal é morar pertinho que daí é mais fácil, quando você vai assumir o concurso você olha as regiões tem lugares que acabam não preenchendo.” A conselheira Leila questiona se em uma próxima reunião se já conseguimos algo, uma deliberação ou algo nesse sentido para que consiga avançar e até dar uma resposta para as particulares, e reforça “já está indo para um mês nossa discussão.” A conselheira Ana pede para responder “vou ter essa conversa hoje com a PGM, se der tempo ainda pela manhã, vamos ver se a SEMED encaminha esses documentos e daí se a gente tiver já algo, eu penso que a gente pode propor na quarta-feira de manhã nos reunirmos novamente para conversarmos e pensar, se na quinta-feira a gente vai fazer mesmo a extraordinária já tenha isso porque aí leva além da decisão da câmara leva para o pleno também essa questão, se a gente vai realmente conseguir fazer isso para as Escolas particulares. Também pensei nisso Leila, que já vai fazer 1(um) mês que estamos discutindo e a gente precisa dar uma resposta para as particulares, porque foram elas que entraram com o pedido então precisamos, e nada impede da gente dar uma resposta para as particulares e continuar como os nossos estudos em relação aos nossos CMEIs públicos.” A conselheira Stela diz “se a normativa fala em 2,20m ou 1,5m isso é uma metragem mínima, hoje a metragem é 2,20m se uma escola decidir quero trabalhar com 1,5m não é proibido, não pode ser menos, então se conseguisse ajustar a norma, para considerar 1,5m como metragem mínima e a prefeitura considerar as suas particularidades seu cenário de espaço, de profissionais vai trabalhar com 2,20m, porque na verdade todo mundo pode trabalhar com a metragem maior do que está posto, não podemos trabalhar com a metragem menor.” A conselheira Ana diz: “SESA colocou lá o limite de 1,5m e a prefeitura colocou nosso sistema para ser 2,20m, não é proibido, mas a gente também tem que pensar que nós temos uma legislação para o estado inteiro limite 1,5m até que ponto a gente pode dizer para as particulares que elas tem condição que não vão chegar no 1,5m.” A conselheira Stela continua “seria um ajuste agora da normativa para se adequar ou se alinhar com a legislação, mas o município vai ter que ter um tempo para se ajustar, mas ele vai trabalhar com uma metragem superior, não vai trabalhar com metragem inferior da legislação.” A Conselheira Ana completa “minha preocupação e eu coloquei isso nas duas outras reuniões, é o Ministério Público, porque se chegar no Ministério Público ele não vai fazer assim ah o particular vai fazer assim e o outro vai fazer assado, não, ele vai dizer que todo mundo vai cumprir a SESA e acabou o assunto, por causa da decisão do Supremo, por causa do atendimento obrigatório “ A conselheira Stela complementa dizendo “independentemente de se mexer na metragem para o particular uma hora esse abacaxi vai cair no colo da prefeitura porque é uma coisa que já está vigente, se a própria SESA já definiu que essa metragem é o mínimo é

adequado, é viável, é uma questão de momento, vai haver essa cobrança da prefeitura, mas enfim, a escola particular também não quer cobrar da prefeitura isso, a gente entende que existem coisas que vão muito além, não é o desejo, na escola particular você decidi contratar alguém, vai lá e contrata, faz o processo e pronto, a prefeitura é outro tramite tudo é mais complexo.” A presidente Marilza diz “nós até conversamos né Ana, da possibilidade de fazer um parecer inicialmente para que as particulares pudessem estar usando a SESA enquanto se faz a adequação e essa adequação não pode ser demorada porque isso vai chegar já já.” A conselheira Leila fala que “uma sugestão que o Aroldo falou lá na reunião de quarta-feira é de que quando isso chegar na pública, porque uma hora vai chegar e a gente sabe disso, é de não fazer de uma vez de fazer gradativamente, pegando poucos CMEIs, aqueles que tem uma demanda menor e ir fazendo o processo gradativamente, não sei se será interessante também ao invés de você chegar e fazer tudo de uma vez ir fazendo gradativamente. “A conselheira Ana diz: “Não existe demanda menor está todo mundo sobrecarregado.” A presidente Marilza diz que na semana passada estava conversando com algumas diretoras, tem muitas unidades que não abriram nem ao infantil I ainda, as demandas não são menores só crescem. Hoje com o que nós saímos: “A Ana vai conversar com a PGM, sobre a possibilidade de normatizar para as particulares, fazer um parecer ou fazer uma normatização própria, vamos verificar também a possibilidade do interesse do infantil III meio período, mas daí também temos que perguntar para a secretaria se nós temos profissionais também, para chamar mesmo que seja do PSS para atender essas crianças, porque senão a gente volta de novo na mesma situação.” A Conselheira Ana diz: “para atender de 0 a 3, vocês mesmos colocaram que o professor não vai fazer troca de fralda e aí teria que fazer uma readequação com os educadores e agora já começou o ano acho complicado também.” A presidente Marilza diz “pensar em alguns lugares que ainda é possível isso, uma das coisas que as diretoras me falaram é que tem educador como tutor tecnicamente falando de crianças especiais também, foram tirados de suas funções para atender criança especial e também deu um bum gigantesco com a chegada dessas crianças especiais, iniciamos o ano com 3 (três) e agora já tenho 12(doze), fica na compulsória e vai chegando, eu tenho uma turma que tem 3 (três) crianças especiais, e aí uma estagiaria por exemplo, não dá conta, tem que ser uma educadoras para estar ali junto.” Questionado a conselheira Ana se ela irá informar os conselheiros sobre o dia da reunião. A conselheira Ana diz que chegando os documentos já irá passar para Marilza e irão conversando, “mas já deixem um pré agendamento para quarta-feira.” A presidente questiona se seria isso, e finaliza a reunião agradecendo aos conselheiros.

Eu, Valdinéia Santos de Lima, encerro essa ata que foi digitada por mim e será assinada pela Presidente da Câmara de Educação Infantil, Marilza Aparecida Pereira Teixeira e pelo Secretário da Câmara, Anderson Dias do Rosario.

Marilza Ap. P. Teixeira

